

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESTUDOS ETNOGRÁFICOS E A EDUCAÇÃO

Angelita Ferrari<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma reflexão acerca do uso da etnografia nas pesquisas educacionais, por meio da apresentação de argumentações de antropólogos e educadores que acreditam que o estudo etnográfico pode possuir, no conhecimento de questões que permeiam o ambiente escolar em todo o seu contexto, vantagens em relação a outros métodos, como também, ter frequentes dificuldades em sua aplicação no campo da educação.

O uso da pesquisa etnográfica comumente empregada nas Ciências Sociais, para os estudos das Ciências Humanas, no Brasil, começa, para alguns estudiosos, na década de 1970. No entanto, traremos neste trabalho um posicionamento divergente sobre essa questão. As demandas que fazem referência ao processo de pesquisa etnográfica no âmbito da educação serão tratadas para analisarmos, por exemplo, a necessidade em ficarmos atentos às fundamentações teóricas, pois a teoria é que dará a sustentação necessária ao projeto; percebermos a importância da observação participante dentro do ambiente escolar; entendermos a metodologia como análise minuciosa e descritiva; e dentro deste contexto, verificarmos se a vivência e reflexões pessoais daquele ambiente e as características do pesquisador podem influenciar no resultado da pesquisa.

Desse modo, como destaca FONSECA (1998, p. 58), a pesquisa etnográfica seria um instrumento muito importante para compreendermos o ambiente educacional, pois nos oferece contatos diários com diferentes grupos e porque, dentro do meio educativo, são ilimitados os processos de aprendizado, de comunicação, e de inter-relação entre o pesquisador e o pesquisado.

Os problemas na educação passam por vários vieses: falta de recursos; desmotivação dos professores e alunos; a não valorização das novas propostas; entre outros. Então, diante dessas particularidades, veremos como a etnografia poderia ajudar para a melhoria desse quadro.

### DESENVOLVIMENTO:

A etnografia, quando bem utilizada pelos pesquisadores educacionais, dá o suporte necessário para que a pesquisa educacional tenha relevância, busque problemas e sugira resultados concretos, que por conta da multiculturalidade que permeia o ambiente escolar, entendemos que não basta teorizar essas problemáticas, mas identificar e contribuir para a melhoria deste espaço como um todo. Os estudos

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco.

etnográficos trabalham com a alteridade e buscam conhecer todo o processo educativo e os indivíduos que participam desse ambiente, com a profundidade necessária no reconhecimento de grupos e compreendendo as características de cada um dos envolvidos na escola e suas inter-relações.

As considerações de SOUZA (2006, p. 493) resumem estas relações entre os agentes que compõem o ambiente escolar:

Um projeto como esse só se torna realidade se passarmos a compreender visões de mundo que podem não ser as nossas (...) se é inevitável que o professor trabalhe com certas generalizações, que isso seja feito o máximo possível a partir do saber nativo - aquele do aluno, das classes populares, vinculado, por seu turno, a experiência de socialização, prévias ao ingresso da sala de aula. (...)

De acordo com ANDRÉ (1997, p. 46, 48) foi no final dos anos 1970, que os estudiosos da educação mostraram interesse pela etnografia, de modo especial, estimulados pelo estudo das demandas de sala de aula, como também, pela avaliação curricular. Essa aproximação é revelada a partir da produção de trabalhos referentes ao tema, que tratam de acertos, mas também problemas e futuras direções. Segundo a autora, na década de 1980, a abordagem etnográfica tornou-se “quase um modismo na área da educação”. Nos programas de pós-graduação do Brasil surgiram muitas dissertações, teses e pesquisas de docentes enfocando a descrição das atividades de sala de aula, para as relações da experiência escolar e para o estudo dos agentes escolares.

Quem reforça esta ideia é MAGNANI (2009, p. 130) dizendo que, naquela época, a antropologia terminou sendo vista, entre as ciências humanas, como um campo privilegiado para compreender as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorriam na sociedade brasileira.

Em contraponto às ideias do surgimento da etnografia nos estudos da educação, vindas de ANDRÉ (1997) e MAGNANI (2009), Gusmão (apud VALENTE, 2003, p. 02), diz que o diálogo entre a pedagogia e a ciência antropológica, é mais antigo que a década de 1970. Para a autora, essa época, não foi como um “tempo mágico” em que surgiram essas questões, elas já vinham sendo desenroladas antes disso, servindo de referência para as pesquisas educacionais do tipo etnográfico. Com o intuito de promover um resgate, ainda destaca alguns exemplos desta afirmação, recupera pesquisas do final do século XIX, quando a Antropologia buscava compreender comportamentos da infância e da adolescência, especialmente, com os pensamentos do psicanalista Sigmund Freud e do psicólogo Jean Piaget, que atingem os anos de 1920 a 1950, e por fim, para ratificar seu pensamento cita o antropólogo Franz Boas, que entre 1930 e 1940, nos Estados Unidos, vai atuar de maneira efetiva no programa de reforma curricular daquele país.

Essa conjuntura, “política-acadêmica-institucional” como declara MAGNANI (2009, p. 131), veio contribuir para os estudos de caráter antropológico, especialmente no que tange à realidade das periferias das grandes cidades. Para o autor, era de suma importância conhecer grupos que viviam à margem dos grandes centros, seus cotidianos, suas relações, seus anseios. E a ciência antropológica vem trazer respostas às questões que permeiam essas indagações, seja em seu tema tradicional, as populações indígenas, como também no estudo das comunidades.

Baseado nas observações de antropólogos, MAGNANI (2009, p. 135) ressalta, ainda, que no trabalho de campo, é possível presumir, de uma forma objetiva, que a etnografia é uma ferramenta em que possibilita ampliar o horizonte científico do pesquisador. Entrar em contato com o ambiente dos pesquisados, compartilhar seus anseios, sempre atentando para o fato de que, por vezes, não pertence àquele local, mas, nessas observações obtém uma relação de troca, compara suas próprias teorias com as deles e com o cotidiano dos pesquisados, e assim, tentar sair com um novo entendimento ou com uma nova questão não abordada anteriormente.

É primordial que, para entender e descrever esse universo em que o pesquisador se insere, fazer uso da observação participante, para descrever o cotidiano, compor registros por escrito, entrevistas, analisar documentos, utilizar de fotografias e gravações, como destaca ANDRÉ (1997, p. 47).

Faz-se necessário destacar que no ambiente escolar, a diversidade de culturas e raças, as relações entre os sexos, muitas vezes, trazem conflitos e indisposições por falta de conhecimento e entendimento do “outro”. Dentro do espaço escolar, a pesquisa etnográfica encontra um campo vasto para a observação participante que pode colaborar para a compreensão da realidade e contribuir para a reflexão e, caso haja necessidade, modificação nas falhas do processo educacional.

Acerca desta discussão, traremos dois exemplos no âmbito de experiências pedagógicas, vivenciadas por mim. O primeiro, enquanto familiar da criança em questão e o outro, enquanto profissional. Um demonstra, claramente, o despreparo da própria gestão da escola em resolver conflitos em relação à diversidade, o que neste caso, refere-se a de cor da pele entre as crianças, e o outro, como professora de um curso de Pedagogia, em que uma das minhas alunas, já professora da Educação Infantil, declara, conscientemente, o seu preconceito em relação à questão de diferenças de gêneros.

O primeiro caso aconteceu em uma escola particular de padrão classe média, no estado de São Paulo. Uma menina negra de cinco anos, que já estudava lá desde os três anos, e que é a única menina negra da sala e uma das poucas de toda a escola, estava com outras meninas, todas brancas e da mesma faixa etária, na fila da aula de balé, quando uma das meninas brancas disse: “eu sou rica”, a outra menina branca respondeu: “eu também sou rica”, ouvindo a conversa entre as colegas, a menina negra riu e disse: “eu também sou rica”. Uma das duas meninas brancas, respondeu à menina negra: “gente da sua cor não é

rica”. A professora da aula de balé chamou a atenção das duas e as levou para a direção da escola, no entanto, a gestora não comunicou à mãe da menina negra o que havia acontecido. A mãe, que é pedagoga, soube do fato ocorrido, porque a sua filha chegou em casa chorando e dizendo: “mãe, porque eu não posso ser rica?”, e contou o que aconteceu. No outro dia, a mãe ligou para a escola e pediu que tomassem alguma providência para que não acontecesse mais e sugeriu que fizessem um trabalho sobre preconceito na escola. Esta situação foi tratada pela direção da escola, da seguinte forma: a gestora pediu desculpas e relatou que informou o caso para os responsáveis das meninas brancas e uma das mães ligou para a mãe da menina negra, se desculpando, e dizendo que não ensinava “isso” para a filha, mas que “ela deve ter visto a propaganda dos Médicos Sem Fronteiras e associou a pele negra com a pobreza”. Não houve nenhum trabalho sobre preconceito na escola.

O outro caso aconteceu em uma faculdade particular de Pedagogia, no Estado de Pernambuco onde ministro aulas. A questão do sexismo estava sendo abordada em sala de aula e uma das minhas alunas, com idade aproximada de 40 anos, me chamou em particular e afirmou que ela é preconceituosa de fato e tem consciência disso, disse a mim: “por exemplo professora, quando os meus filhos vão fazer alguma atividade doméstica, eu chamo e digo: não é para você fazer isso, é serviço de menina”. Eu questionei esta atitude dela, inclusive por ela já trabalhar com Educação Infantil, a resposta foi: “professora, eu tenho um sobrinho que é homossexual e ele começou com cinco anos a ficar desse jeito, ele fazia cuscuz melhor que eu”. Ou seja, ela tem consciência que perpetua uma visão preconceituosa por meio da educação dos filhos e, como professora, permite que seus alunos não experimentem a relação da diversidade na escola.

A antropóloga BESERRA (2016, p. 119-120) faz uma reflexão que se enquadra no nosso primeiro exemplo. A pesquisadora trata de uma pesquisa exploratória que fez em 1995, com o intuito de compreender como a escola lida com os desafios de incorporar nas atividades educativas as práticas discriminatórias contra as chamadas “minorias”, política proposta pela Constituição de 1988 e, conclui com esta pesquisa que, na escola observada, o discurso da diferença “era fruto da mesma matriz que produzia a discriminação e o preconceito”.

No nosso primeiro exemplo, não havia segregação na escola da menina negra por parte das outras crianças, pois ela se relacionava com elas, mas havia preconceito e discriminação, agravados pelo fato da gestão da escola não se interessar em se apropriar do fato ocorrido para trabalhar, junto aos outros alunos, essas questões. No segundo exemplo, a própria educadora mantém a postura preconceituosa, não percebendo que o seu ato discriminatório trará conseqüências, mais tarde, para seus alunos.

Estas questões são estudadas também por DAUSTER; TOSTA e ROCHA (2012), os estudiosos trazem a reflexão de que é a articulação entre antropologia e educação, por meio das experiências etnográficas, que possibilitam a compreensão das questões de pluralidade culturais e de discriminação,

que são temas relevantes no âmbito escolar. Para eles, a Antropologia e a Educação têm por princípio, responder as questões propostas pela contemporaneidade, entre essas está o reconhecimento da diversidade cultural e social de diferentes grupos que compõe o ambiente escolar.

As questões relacionadas à diversidade no âmbito da escola também são estudadas por QUADROS e NASCIMENTO (2015, p. 260-261) declaram que a realidade sobre diversidade cultural ainda continua sendo “negada, invisibilizada, rechaçada”, nas escolas. E seriam esses espaços os mais apropriados para debater estas questões, no entanto podemos perceber que muitas vezes a intolerância vem dos próprios educadores:

Tal contribuição não se limita a compreensão da diversidade, mas pode abranger os processos de formação de professores que enfrentam desafios da globalização, a qual nos coloca a cada dia perante realidades cada vez mais multiculturais, ou seja, realidades cada vez mais diversas.

É preciso refletir sobre a importância do trabalho etnográfico e dos trabalhos de campo feitos no ambiente escolar.

Para ANDRÉ (1997, p. 47), uma área que ajudou na aproximação da etnografia com a educação foi a avaliação curricular, com destaque para um marco importante nessa área, um seminário realizado em 1972 em Cambridge (Inglaterra), em que os participantes debateram métodos alternativos de avaliação de currículo e reuniram as propostas no livro *Beyond the numbers game* (1977).

A pesquisadora ainda destaca, em seus estudos sobre a etnografia da prática escolar, que nestas propostas de investigação, deve ser dada atenção ao contexto em que se desenvolvem as práticas escolares, considerando as dimensões sociais, culturais institucionais que envolvem a situação investigada, atentando para os pontos de vista dos diferentes grupos envolvidos no programa ou na situação avaliada. ANDRÉ (1997, p. 48) ressalta que “Não há menor dúvida de que os trabalhos publicados no Brasil sobre o uso da abordagem etnográfica em educação foram influenciados pelos estudos realizados na área de avaliação”.

ANDRÉ (1997, p. 49) continua refletindo acerca dessa questão e enfatiza que, quando os estudiosos das questões educacionais recorrem à abordagem etnográfica, pretendem examinar a complexa rede de interações que constitui o cotidiano escolar, como se estrutura o processo de produção de conhecimento em sala de aula, a relação entre os agentes, as dimensões institucionais e instrucionais da prática pedagógica, com o objetivo final de compreender a realidade escolar para agir sobre ela, modificando-a. Para a autora, poderiam ser citadas muitas contribuições que a abordagem etnográfica trouxe para a pesquisa educacional, por respeitar a multiplicidade do ambiente escolar.

Sobre a questão da pesquisa em campo, OLIVEIRA (2014) afirma que os dados coletados não poderão ser considerados concluídos, pois é uma busca constante e um desafio interminável. O

observador participante não pretende comprovar teorias, nem fazer estatísticas, o que irá buscar é descrever minuciosamente a situação, revelar a multiplicidade de significados com base em sustentação teórica e plausibilidade e assim, compreender. Segundo ele, a direção do olhar antropológico está cada vez mais atento para suas próprias sociedades, para a realidade social compartilhada pelo próprio antropólogo, mas que: “apesar de todas as diferenças com relação à forma como a etnografia vinha sendo vivenciada até então, esta nova forma de realizar o trabalho etnográfico também implica na aprendizagem de outra linguagem” OLIVEIRA (2014, p. 70).

Nesse sentido, VALENTE (2003, p. 03) nos fala que a chave para compreender a divisão entre os pesquisadores sociais, e não apenas entre antropólogos e pedagogos, passa a ser definida por sua preferência teórica. É essa a opção que informa a linhagem do pesquisador, determinando a orientação ou o rumo a ser perseguido na seleção, observação e interpretação de fatos etnográficos.

É, principalmente, “por meio dessa mudança de olhar”, como diz OLIVEIRA (2014, p. 71) que veremos um encontro mais eficaz da Antropologia com a Educação, para ele:

É válido pontuar que no Brasil, ainda no início do século XX, houve a abertura dos primeiros laboratórios de Antropologia e psicologia pedagógica junto às Escolas Normais, ligadas, principalmente, a uma tradição intelectual da Antropologia física, mas que é solenemente esquecida quando se pensa a história da Antropologia brasileira. Desse encontro entre a Antropologia e a Educação temos a constituição de um cenário singular, pois, por um lado a educação não tem constituído um objeto privilegiado de investigação por parte da antropologia, apesar da ampliação semântica de seu campo de investigação.

Quem nos dá uma visão bem clara do método etnográfico na educação, como diálogo constante entre pesquisadores e pesquisados é FONSECA (1998, p. 58-59):

Como antropóloga, e tendo dedicado a maior parte da minha carreira à pesquisa nessa área, confesso que compartilho do entusiasmo pelo “método etnográfico”. Acredito que, além de ser um instrumento importante para a compreensão intelectual de nosso mundo, também pode ter utilidade prática. Penso aqui na educação, a educação enquanto ato de comunicação, de diálogo, e, eventualmente, de orientação. Meu interesse aqui é pensar o método etnográfico como instrumento que pode enriquecer a intervenção educativa quer seja de um professor com seus alunos da terceira série, a enfermeira com seu paciente ou o assistente social com seu cliente.

Outra contribuição importante em relação à pesquisa etnográfica na educação vem da reflexão de ANDRÉ (1997, p. 49), que diz que o pesquisador precisa manter uma atitude aberta e flexível durante a coleta e a análise de dados. Essa perspectiva trouxe às pesquisas uma possibilidade de ajustes durante o processo, no que se refere ao ponto de vista teórico, pela identificação de elementos não previstos no planejamento inicial da pesquisa, mas essenciais para a análise e a compreensão da prática pedagógica.

Quem refletiu sobre a aproximação da antropologia com a educação, foi SOUZA (2006, p. 488, 491, 493). Para o autor é relevante entendermos a aproximação das ideias do antropólogo Bronislaw Malinowisk e da pedagogia de Paulo Freire, para perceber as questões da antropologia na educação e da educação na antropologia, ainda nos fala que tal comparação se torna básica por conta do princípio elementar que permeia ambas as visões, que é o respeito à realidade do Outro. Destaca que Paulo Freire “nos brinda com os princípios de uma pedagogia que somente pode ser obtida pela via do respeito ao saber comunitário previamente adquirido pelos estudantes antes da sua inserção na sala de aula”.

Ainda segundo o pesquisador, tanto para Malinowisk quanto para Freire, a metodologia científica não pode ser separada de uma ética de vida, logo, o antropólogo e o educador “devem estar dispostos a ouvir, repensando sempre os conceitos que formulam a relação da academia com a comunidade”. Daí a reflexão etnográfica da educação se dar por meio dos conhecimentos antropológicos-pedagógicos e se pautarem na inter-relação de uns com os outros.

A elaboração de pesquisas etnográficas na educação para OLIVEIRA (2013, p. 71) revela uma contribuição fundamental para esse campo de investigação, ampliando sua visão da prática educativa e levando os pesquisadores ao encontro dos sujeitos que participam desta prática, lembra ainda que a etnografia não é, simplesmente, uma coleta de dados, mas sim, uma elaboração desses dados, que se inscreve em um processo de inter-relação que se estabelece, ao longo da pesquisa, entre o pesquisador e o pesquisado.

De acordo com ANDRÉ (1997 p. 49), a consideração dos múltiplos significados atribuídos aos sujeitos às suas ações e interações, princípio fundamental da etnografia, levou os pesquisadores da área de educação a buscarem representações e as opiniões dos atores escolares, tornando-os como importantes elementos na investigação da prática escolar:

(...) a preocupação da etnografia com questões relacionadas à cultura de grupos e indivíduos estudados, chamou a atenção de educadores para a necessidade de considerar situações de sala de aula (dimensão pessoal e interacional) em estreita conexão com a forma de organização do trabalho pedagógico na escola (dimensão institucional) e com os seus determinantes macro-estruturais (dimensão sociocultural).

Ainda segundo ela, os problemas expostos nas pesquisas etnográficas que abordam o cotidiano escolar, parecem ocorrer por falta de conhecimento dos pesquisadores sobre os princípios básicos da etnografia. Erickson (1989) chama a atenção para a diferença entre a descrição pormenorizada e o estudo etnográfico, que a etnografia deve centrar nos sistemas de significados culturais dos sujeitos estudados, o que vai além do que a simples definição de situações, ambientes, pessoas ou da mera reprodução de suas falas e depoimentos (ANDRÉ, 1997, p. 50).

Esse mesmo ponto de vista, segundo ANDRÉ (1997, p. 50), foi salientado por Dauster (1989), que discute que na busca das significações do Outro, o investigador deve ultrapassar seus métodos e valores, admitindo outras lógicas de pensar e entender o mundo. A autora reforça o que diz Erickson (1989), que o trabalho etnográfico deve orientar para a apreensão e a descrição dos significados culturais dos grupos estudados. Reforça, ainda, que o desconhecimento desses princípios leva muitos estudos a “uma enorme fragilidade teórica”.

Outro problema apontado nos estudos de ANDRÉ (1997, p. 51-52) é que, muitas vezes, estudos que se autodenominam etnográficos fazem a distinção entre o referencial teórico e o processo de coleta de dados. Ela embasa essa teoria na análise crítica de dez relatórios de pesquisas no período de 1986 a 1992, e revela que o trabalho de campo parece mais uma forma de confirmar resultados de outros estudos do que uma tentativa de novas descobertas. Para a autora:

Além do desconhecimento dos princípios básicos da etnografia, da falta de clareza sobre o papel da teoria na pesquisa, há ainda outra dificuldade que vem comprometendo a qualidade dos estudos etnográficos na educação: o tratamento da difícil e complexa questão objetividade-participação. Na maior parte das vezes, o pesquisador investiga uma situação que lhe é muito familiar e, não raramente, colhe dados na própria escola em que atua como profissional. Um grande risco em ambos os casos, mas, certamente muito mais frequente no segundo, é que a análise e a interpretação dos dados estejam marcadas por pré-conceitos, pré-suposições e por observações do senso comum.

Este pensamento dá conta de que, muitos pesquisadores, principalmente no campo educacional, tendem a acreditar que uma mera coleta de dados de campo em sua escola, seja suficiente para caracterizar um estudo etnográfico e não se dão conta de que não basta reproduzir a realidade, mas tentar reconstruí-la.

OLIVEIRA (2009, p. 72, 77) reforça esta ideia, destacando que o trabalho etnográfico varia entre duas vertentes, a que busca por entender o sentido que os sujeitos atribuem a suas próprias práticas e por outro lado, se fundamentar sobre o conjunto de teorias e metodologias que o pesquisador precisa possuir antes de ir a campo. Ainda destaca que, quando nos deparamos sobre determinada realidade educacional, a partir da etnografia, devemos lembrar que não estamos investigando apenas o que está explícito na realidade selecionada para a pesquisa, dentro do ambiente escolar há um cotidiano instituído.

Outra questão para ANDRÉ (1997, p.52) seria de como o pesquisador precisa manter o distanciamento das opiniões pré-constituídas, construir novas bases, obviamente, levando em conta as experiências vividas, mas, selecioná-las com o apoio do referencial teórico e de procedimentos metodológicos específicos, e nos dá exemplo da triangulação:

Nesses casos, o investigador procura uma diversidade de sujeitos (diferentes grupos como pais, alunos, professores, técnicos e, dentro de cada um desses grupos posições

diferenciadas), uma variedade de fontes de dados (observações, entrevistas, depoimentos escritos e orais, documentos) e diferentes perspectivas de interpretação do estudo de dados (psicopedagógica, socioantropológica, linguística, psicanalítica).

Declara que esses cuidados poderiam ajudar a manter o distanciamento, evitando os problemas e principalmente, o juízo de valor, pela proximidade com o objeto pesquisado, a prática educativa e o cotidiano escolar. Ainda cita Erickson (1993) que defende a cooperatividade, o diálogo aberto entre as partes pesquisador-pesquisado, de modo que o estudo etnográfico dentro da escola, não se limite a mostrar por meio de observação participante o que e como algo está ocorrendo, mas também como seria possível mudar aquela situação, melhorando o ambiente escolar. Para ele, para mudar a realidade da escola é primordial que se estabeleça relações de parceria entre pesquisadores e agentes escolares.

Desse modo, ANDRÉ (1997, p.54) conclui que as novas direções da pesquisa etnográfica em educação vêm sugerindo uma crescente preocupação do investigador com questões de ética e de valor, relativas aos sujeitos ou grupos investigados e ao “consumidor” da pesquisa. Aponta sobre a necessidade de justificativa clara e objetiva das opções e das interpretações do investigador e defende formas de colaboração e parceria entre pesquisador e pesquisado, rompendo estruturas e relações de poder, ressaltando que ao fazer da etnografia uma prática de pesquisa, são revelados aspectos fundamentais da escola para que possamos refletir e modificar a realidade da nossa educação.

## CONCLUSÃO

Atualmente, os processos educacionais passam por um momento de crise, mudanças se fazem necessárias para que, de fato, possamos identificar quais os problemas que culminam nestes conflitos. E como proposta de como solucionar estas questões, alguns estudiosos, antropólogos e educadores, propõem o uso da etnografia, como base para pesquisas educacionais. Durante este trabalho, pudemos perceber o esforço destes estudiosos para apresentar a pesquisa etnográfica, como meio ideal para melhorar esse quadro de letargia atual da educação brasileira.

Entendemos que a escola é palco de uma multiplicidade de sujeitos, com culturas diferenciadas e expectativas de futuro diferentes, e que também, essas diferenças fazem com que haja um embate entre esses sujeitos e refletem, negativamente, no que seria a função da escola: o ensinar; o aprender; a escolarização.

Os problemas de aprendizagem, o desinteresse tanto de professores quanto de alunos, nos dão uma visão geral dos problemas educacionais. A pesquisa acadêmica não-etnográfica vai mostrar um panorama

geral desses problemas, no entanto, a etnografia vai analisar do problema-macro para o problema-micro nesse contexto.

Os pesquisadores que apresentamos neste trabalho, nos fizeram compreender que a etnografia, quando bem aplicada, aponta os principais desacertos e propõe soluções para o cotidiano escolar, com base na observação e na metodologia específica, além de trazer os conhecimentos teóricos e técnicos, trará a motivação individual para cada educador. É necessário que as conclusões de pesquisas etnográficas tragam, entre outras evoluções, a melhoria da formação acadêmica do pedagogo, tanto no sentido de sua atuação como professor, quanto nas atividades de gestão escolar. Percebemos que os problemas expostos nas pesquisas que abordam o cotidiano escolar, parecem ocorrer por falta de conhecimento dos pesquisadores sobre os princípios básicos da etnografia.

Podemos concluir que a etnografia mostrou-se como opção mais adequada para a análise das questões educacionais, pelas qualidades técnicas propostas por este estudo, mas para que isso aconteça, de fato, essa inter-relação entre pesquisador e pesquisados deverá ser pautada na mútua confiança para que os dados sejam válidos para o embasamento teórico escolhido pelo pesquisador, juntamente com os conceitos metodológicos escolhidos e, assim, possam ter condições de, como conclusão, propor soluções cabíveis dentro do contexto escolar.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Tendências atuais da pesquisa na escola. **Cadernos CEDES**, v.18, n.43, 1997. p. 46-57. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32621997000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621997000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24. mai. 2018.

BESERRA, Bernardete de L. Ramos. **Dos riscos da diferença: etnografia de um percurso acadêmico**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

DAUSTER, Tania; TOSTA, Sandra P. & ROCHA, Gilmar (orgs.). Etnografia e educação: culturas escolares, formação e sociabilidades infantis e juvenis. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. Ver. Bras. Educ.1999, n.10 p 58-78

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. ano 15, n. 32, jul/dez. 2009. p. 129-156.

OLIVEIRA, Amurabi . A antropologia e a formação de professores. **Revista Cocar**. Belém, v.8, n.15, jan/jul 2014. p. 23-30.

\_\_\_\_\_. Por que etnografia no sentido estrito e não nos estudos do tipo etnográfico em educação? *Revista da FAEEBA*. Salvador, v. 22, n. 40, jul/dez 2013. p. 69-80

QUADROS, Marion e NASCIMENTO, Raimundo Nonato F. do. O diálogo entre Antropologia e Educação: experiências com a diversidade na formação de professores da educação básica. **Revista Antropológica**. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/2158>. Acesso em: 18. jun. 2018.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Por uma educação antropológica: comparando as idéias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire, **Revista Brasileira de Educação**, vol. 11, n. 33, set/dez, 2006. p. 487-496.

VALENTE, Ana Lucia. **Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais**: para uma discussão sobre a pluralidade cultural. In: GUSMÃO, Neusa Maria de (Org). *Diversidade, cultura e educação. Olhares cruzados*. São Paulo, 2003.